



HOMENS LETRADOS NO EXÉRCITO: ANALISE DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL MILITAR NOS SÉCULOS XIX E XX

Ariella da Silva de Albuquerque¹

O tema de pesquisa deste artigo insere-se no campo de estudos do pensamento militar no Brasil. Entende-se por pensamento militar brasileiro sobre o que foi “ser militar”. Em diferentes momentos da história brasileira os militares exerciam diferentes funções e atividades específicas, como por exemplo: cuidando da proteção dos quartéis, das regiões fronteiriças e zelando pela manutenção da ordem. O ser militar então adquiriu funções instáveis, dependendo dos momentos específicos dentro do contexto social brasileiro. Entender o pensamento dos militares se torna necessário para compreendê-los como sujeitos que têm desejos, aspirações e mantêm relações com a sociedade. Evidenciando essa perspectiva Baumer considera importante fazer referência as idéias e às ideologias, pois essas as que “põem em movimento exércitos e homens, afetam, por vezes profundamente as instituições, o direito, a prática administrativa, os sistemas de propriedade.”²

A historiografia que tratava questão da interferência do militares na política debruçou-se sobre os assuntos políticos que envolviam os militares. Os momentos da política nacional que sofreram intervenções foram os mais mencionados e discutidos. Entre eles podemos destacar: a Proclamação da República em 1889, a Revolução de 1930, a instauração do Estado Novo em 1937, a deposição de Governo Vargas em 1945 e por fim no golpe civil- militar em 1964. Nessa perspectiva intervencionista havia um entendimento generalizado que representava as forças armadas como forças intervencionistas somente. A história tradicional considerava apenas os aspectos episódicos ligados aos grandes conflitos e vinculava este cenário ao acompanhamento das biografias de líderes militares.

Entretanto, atualmente o foco das análises historiográficas e antropológicas tem-se ampliado. A nova história militar, tendência surgida na América do Norte, nos anos 1970,

¹ Mestranda do curso de História Regional da Universidade de Passo Fundo, bolsista Capes, contato: ariella_alby@hotmail.

² BAUMER, Franklin L. *O Pensamento Europeu Moderno*. Séculos XVII e XVIII. Vol. I. Rio de Janeiro: Edições 70, 1977. p. 24

proporcionou um novo entendimento sobre o militar como parte de investigação da própria sociedade. Os militares puderam ser entendidos por seu modo de pensar, e pela maneira que atuaram como participantes da sociedade em que viveram. Leonardo Trevisol³ ao escrever seu livro *O pensamento militar brasileiro* nos lembra que os "militares estudam, tem Escolas próprias onde pensam, planejam as ações de guerra- que é o objetivo de sua profissão -, mas também desenvolvem planos, projetos para o país que, quando postos em prática, evidentemente atingem todos."

Os militares adquiriam com os tempos meios próprios de comunicação de divulgação dessas ideias, sobretudo para defender-se ou legitimar algumas ações. Como é o caso da imprensa periódica militar brasileira, dos relatos biográficos e conjunto de livros deixados por militares durante os séculos XIX e XX. Os meios de comunicação que circulavam no Brasil foram identificados por Fernanda Nascimento, em sua tese sobre a Imprensa Periódica militar no Brasil. A autora destaca que muitas revistas francesas e portuguesas eram citadas pelos periódicos brasileiros. Esse rico material circulava pelos meios letrados da sociedade. Esse conseqüente desenvolvimento da imprensa militar teve grande "influencia do racionalismo e do cientificismo moderno".⁴

Os oficiais militares configuravam uma parte da elite letrada neste período. E através dessa importante posição que eles divulgavam suas ideias. Percebe-se também a necessidade dos militares de afirmação intelectual e profissional. Tanto que a intensa produção intelectual dos militares era voltada aos assuntos profissionais e políticos em sua maioria. Momento em que a instrução no Brasil era um privilégio para poucos, este espaço foi utilizado como campo de debate e discussão diante de fatos e situações que afetavam de alguma forma o relacionamento do governo com as forças armadas.

A instrução pública ficava a cargo da iniciativa privada e de algum esforço governamental. Os primeiros centro educativos e escolas foram efetivamente abertos onde circulavam os maiores movimentos populacionais do país. A maioria da população menos abastada era marginalizada na esfera educacional, estima-se que em 1920, 75% da população era analfabeta. Frequentemente nos relatos biográficos militares e de profissionais liberais quando descrevem a juventude são mandados para estudar em grandes centros educacionais, como Portugal e outros locais que são referências, localizados nas principais capitais do Brasil.

O incremento a educação brasileira foi dada com a chegada da família real portuguesa para o Brasil em 1808. Com ela houve a instalação da Imprensa Régia, assim abriram-se formas de

³ TREVISAN, Leonardo N. **O pensamento militar brasileiro**. E-booksBrasil. E-book Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/militar2.html>> Acesso em 29 de agosto de 2016. p.10.

⁴ NASCIMENTO, Fernanda de Santos. **A imprensa periódica militar no século XIX: política e modernização no exército brasileiro (1850-1881)**. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul / Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas / Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2015.

publicação de livros, folhetos. O mercado expandiu-se rapidamente, mesmo sendo censurado, pois havia limitação da circulação e obras que prejudicassem a coroa portuguesa ou criticassem a situação política da colônia. A ampliação de consumidores e leitores era crescente, a maioria dos livros tinha publicação em língua estrangeira, preferencialmente o francês. O francês era uma das principais línguas do mercado editorial de livros no início do século XIX e em meados do século XX.

Na vanguarda do desenvolvimento profissional militar, a França ocupa lugar cativo entre os modelos que influenciaram o pensamento militar brasileiro. O francês era uma das principais línguas, sendo obrigatório no currículo da escola pública do século XIX. Neste período, era também liderança no mercado editorial de livros. A cultura francesa torna-se ideal cultural das elites brasileiras:

A partir da queda de Napoleão e da chegada da *Mission artistique française* ao Rio de Janeiro, em 1816, é o solo educacional, onde pisa o cidadão brasileiro privilegiado, que se torna afrancesado. A curiosidade intelectual dos nossos antepassados – tanto pelos clássicos da literatura e do pensamento universal, quanto pelos autores estrangeiros contemporâneos – passa a ser satisfeita pelas edições em francês, que nos chegam pelo cais do porto.⁵

Analisando os periódicos publicados no exterior que chegavam no Brasil para militares, Fernanda Nascimento, destaca que : "Dos 13 periódicos catalogados na Biblioteca da Marinha, 5 eram franceses", demonstrando a "influência francesa na concepção dos exércitos profissionais."(NASCIMENTO, 2015,p. 44) A preocupação em formar um profissional educado em comparação com os exércitos modernos europeus persistiu durante o século XX. O profissionalismo foi uma estratégia para melhorar a formação do exército e das forças armadas. Um soldado instruído era um soldado qualificado.

Com a vinda da corte Portuguesa percebe-se a centralização das instituições. Um grande número de estabelecimentos foi surgindo para receber e instalar os portugueses que vinham. As primeiras escolas de formação militar fazem parte "de um projeto reformador do Estado Português o qual acabou impulsionado com a transferência da corte para a colônia americana."⁶ Analisando o discurso dos ministros da guerra sobre a formação de engenheiros, Ana Paula considera que:

⁵ SANTIAGO, Silvío. **Presença da língua e da literatura francesa no Brasil.**((Para uma história dos afetos culturais franco-brasileiros).Letras, Santa Maria, v. 19, n. 2, p. 17, jul./dez. 2009. p.15

⁶ LIMA, Ana Paula Almeida. **Engenheiros fardados no império: a modernidade no pensamento dos egressos da Escola Militar.** Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História. Porto Alegre, 2013.p.69

(...) a Academia Real Militar não surge no vazio, pois existia em Portugal uma grande preocupação com o domínio do território e isso se fazia também, por meio da fortificação. Se essas aulas eram de início fragmentadas como mostra o quadro, a partir do final do século XVIII elas sofreram um processo de sistematização possível de se identificar pela criação das Academias. A função do Exército na política de Estado portuguesa era ambivalente, e nesse processo a engenharia militar era imprescindível.⁷

A criação da Academia Real Militar, Brasil, foi feita pela Carta de Lei de 4 de dezembro de 1810, idealizada pelo Conde de Linhares. Segundo a qual " se estabeleça no Brasil, e na Minha atual Corte e Cidade do Rio de Janeiro, um Curso regular das Ciências Exatas, e de Observação, assim como todas aquela que são aplicações das mesmas aos Estados Militares e Práticos, que formam a Ciência Militar"⁸. A criação da Academia para Castro é vista como incremento de um sistema burocratizado e em consonância com um contexto mais amplo, segundo o autor:

A criação da Real Academia Militar e 1810 insere-se em dois contextos históricos: um mundial, de criação de escolas militares na França, Prússia, nos Estados Unidos e outros países; outro de criação de estabelecimentos de ensino superior no Brasil, com a Real Academia dos Guardas-Marinhas (1808), as escolas de medicina do Rio de Janeiro e de Salvador (1813 e 1815), a Academia de Belas-Artes (1820) e os cursos de Direito de São Paulo e Olinda(1827).⁹

Neste período os militares os primeiros engenheiros eram formados pela Real Academia Militar. A eles cabiam a função de construtores das obras maiores, como pontes, portos, caminhos de minas e outras fortificações. A habilitação de bacharel em engenharia era dada aos oficiais do exército que completassem o curso completo de sete anos. Posteriormente deu-se a separação da engenharia civil, no século XIX. A partir desse afastamento a formação de engenheiros passou diferenciada enquanto sistema de formação pela Escola Militar em 1860.

No Rio de Janeiro era o único centro de formação militar brasileiro até 1853, momento em que inicia um curso de Infantaria e Cavalaria na província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Porto Alegre foi a única cidade que abarcava uma escola além, claro da cidade do Rio de Janeiro que naquele momento era capital do Brasil. É perfeitamente compreensível entender que o Rio Grande do Sul ocupava uma posição estratégica de defesa e de proteção de fronteira. O Decreto número 634, de 20 de setembro de 1851, determina sua criação, depois foi elaborada sua estrutura curricular e efetivamente entra em funcionamento em 1853.

⁷ Ibid, p. 70

⁸ MEDEIROS, Laudelino T. **Escola Militar de Porto Alegre: significado cultural**. Porto Alegre: Ed.Universidade UFRGS, 1992. p.13

⁹ CASTRO, Celso. **Os militares e a República**. Rio de Janeiro: Zahar, 1995. p.49.

A formação do oficialato foi científica em sua base inicial, os estudos matemáticos, a filosofia e as letras impactavam sobre a formação militar. Enquanto, havia um grupo de militares que não passou pelas escolas. A preocupação com o ensino foi realizada através dos inúmeros regulamentos e reformas, com o objetivo de retirar um ensino demasiadamente teórico em detrimento da prática. Segundo Ana Paula Lima:

Desde a criação da Academia Militar em 1811 até a lei que reformou o sistema de promoções no Exército em 1850, a formação neste estabelecimento não era requisito para se alcançar as patentes de oficial. A não obrigatoriedade do curso integral para a totalidade dos oficiais e a predominância das disciplinas teóricas sobre as práticas nos currículos dividiam os militares em “científicos” e aqueles que não tinham formação acadêmica, os chamados “tarimbeiros”. Esses dois tipos de militar coexistiram na primeira metade do século XIX. O oficial profissional, no entanto, pelo menos até 1850, inexistia no Brasil, visto que os tarimbeiros não tinham formação teórica, ao passo que os científicos, sem experiência de guerra ou carentes de exercícios práticos consolidados, estariam despreparados para a carreira militar.¹⁰

Celso Castro em sua obra *Os militares e a República*¹¹, dedica especial atenção ao que denominada: *O Tabernáculo da Ciência*, como consolidou-se o pensamento científicos entre os estudantes da Escola Militar da Praia Vermelha, em fins do período Imperial. Os oficiais tinham forte influência "científica", através de seus depoimentos observaram-se que supervalorização dos fenômenos das ciências era um discurso comum entre eles, para explicar e conduzir a evolução da humanidade. Momento este de consolidação das ciências:

O tipo intelectual característico do cientificismo imperou na segunda metade do século XIX, encarnado em diversos *ismos*: materialismo, positivismo, darwinismo, evolucionismo. Todos procuravam descobrir a lei que rege o progresso, que determina a evolução. Com Comte, por exemplo, ela tomaria a forma da lei dos três estados, com Darwin e Haeckel, da luta pela vida e da sobrevivência dos mais aptos; com Spencer, da evolução do homogêneo para o heterogêneo, da diferenciação.¹²

O grupo dos militares era heterogêneo, apresentava características individualizadas. A comparação era estabelecida entre eles por suas diferenças. Inicialmente os militares "tarimbeiros" advinham de setores mais nobres da sociedade e tinham ligações políticas influentes, assim eles galgavam cargos superiores com maior facilidade. Costume herdado do Império Português, quando o filho do nobre nascia recebia um título nobiliárquico importante, entre eles títulos militares. Esse

¹⁰ LIMA, Ana Paula Almeida. **Engenheiros fardados no império: a modernidade no pensamento dos egressos da Escola Militar**. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História. Porto Alegre, 2013.p. 56.

¹¹ CASTRO, Celso. **Os militares e a República**. Rio de Janeiro: Zahar, 1995. p.54

¹² Ibid. p. 54.

grupo era tachado por utilizar-se da política em benefício próprio, menos que em prol da unidade do exército.

O outro grupo era chamado de "científicos" ou "bacharéis de farda", pois caracterizam os oficiais que passava seu tempo nas escolas de formação militar. Esta contradição interna alargava mais o fosso entre os militares que por mérito estudavam nas escolas de formação militar e outros que se aproveitando da política aristocrática. Celso Castro considera que até o final do Império, permaneceu, portanto clara a separação entre "científicos" e "tarimbeiros".¹³

Com a lei de 6 de setembro de 1850 mudou a formação, restringindo a oficialidade a formação específica, assim almejar a patente de oficial do exército, era também passar por uma escola militar. Jehovah Motta escrevendo sobre a formação do oficial do exército enfatiza os feitos do então Ministro da Guerra no período, em homenagem a ele seu nome foi dado a lei:

Manoel Felizardo de Souza e Melo tem cabimento referência às normas reguladoras do acesso no quadro hierárquico (leis de promoções e seu regulamento), pelas suas conotações com as tarefas da Escola Militar. É que a lei prescreveu, como requisito da promoção, "as habilitações marcadas nos regulamentos do governo". Sobre as águas navegou, ousadamente, o regulamento, ao determinar que só ascenderiam ao posto de capitão os que "possuíssem o curso completo de estudos da sua respectiva Arma" e fossem habilitados, na vida arregimentada, "com aprovação na tática e na economia dos corpos".¹⁴

Os tarimbeiros e os científicos projetos diferentes e caracterizam o cultura militar até anos 1930. Murilo de Carvalho destaca que a relação entre os dois grupos era difícil, principalmente discordando sobre a proeminência na Guerra do Paraguai. Somente o ambiente após a Proclamação da República uniu os dois grupos. O sistema imperial deveria ser superados, assim, os "bacharéis entraram com o poder das idéias, os tarimbeiros com o poder da corporação. Por sobre as divergências prevaleceu o *sprit de corps*."¹⁵

Rouquié considera que esta separação foi " do ponto de vista da formação profissional, esses oficiais se dividiam em dois grupos : tarimbeiros e os doutores."¹⁶ Para Ana Paula Lima:

A criação do doutor e do bacharel de farda abriu ainda mais a divisão entre os militares "científicos" e os militares "tarimbeiros". Esses últimos representavam os militares sem formação em Escola Militar, e sim oriundos de atividade em conflitos internos como foram os tantos movimentos internos (conflitos regionais separatistas) ou externos, principalmente na região platina. A obrigatoriedade da formação acadêmica para oficial não foi bem recebida pelos militares ligados às tropas, os quais consideravam experiência em campo

¹³ CASTRO, Celso. **Os militares e a República**. Rio de Janeiro: Zahar, 1995. p. 50.

¹⁴ MOTTA, Jehovah. **Formação do oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar, 1810-1944**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998. p.100

¹⁵ CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.p.26.

¹⁶ ROUQUIÉ, Alain.(org.) **Os partidos militares no Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 1984.p. 54

mais importante do que formação teórica. Muitos foram os esforços na tentativa de unir os estudos teóricos às atividades práticas dos militares científicos.¹⁷

A tarimba era considerada a cama dos soldados nos quartéis. Era um estrado rudimentar feito de madeira, o qual deu origem ao termo "tarimbeiro". Tal denominação era uma forma pejorativa de classificar os militares ligados às tropas, além de representar a dureza da vida militar. Por outro lado existiam os militares "científicos" ou também chamados "bacharéis de farda", militares estes que estudam em escolas de formação superior, as quais davam ênfase numa formação mais teórica. Por isso, esses militares acabavam por se dedicar ao serviço burocrático e poderiam passar a vida longe de um front de batalha.

Essa distinção acabou por colocar os militares em esferas diferentes, causando certo desconforto, sobretudo por parte da oficialidade que optou por não frequentar os cursos completos da Escola Militar. Esse ponto de observação é importante para compreender como se seguiu essa denominação no imaginário militar durante o passar do tempo, ou seja, inicia com a implantação da Lei Felizardo e segue até meados do século XX. Apesar da obrigatoriedade do ensino militar, muitos deles continuaram apresentando características mais práticas e outras mais científicas.

A preocupação com a consolidação e potencialização das forças armadas esteve no seio das discussões, ao lado da preocupação com o papel da formação dos oficiais do exército. As duas primeiras grandes guerras mundiais fizeram o cenário internacional voltarem seus olhos a questões de defesa nacional, e neste intento as questões militares foram retomadas. A busca até então empreendida por um exército mais preparado, tem uma identificação com as intervenções armadas que ocorriam pelo mundo.

A questão da formação dos oficiais do exército se torna fator predominante na tomadas de decisões. Formar determinados "soldados" preocupados com o espírito de corpos, ou um espírito militar, foi uma das primeiras razões para aprimoramento da formação. Isso significava os militares deveriam ter maior identificação com sua instituição assim, definindo o seu papel social dentro da sociedade. Cabe aqui lembrar que a instituição Exército teve características próprias, ou seja, suas particularidades definiam suas funções. Leiner¹⁸ enfatiza a ideia de que "a realidade militar é classificada por um mecanismo conhecido como hierarquia, que opera através de uma seqüência de patentes e divide os militares em dois grupos: oficiais e praças." Assim a própria instituição definiu

¹⁷ LIMA, Ana Paula Almeida. **Engenheiros fardados no império: a modernidade no pensamento dos egressos da Escola Militar**. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História. Porto Alegre, 2013.p. 151.

¹⁸ LEIRNER, Piero de Camargo. **A pesquisa de campo com militares: algumas questões metodológicas**. Revista de Ciências Sociais, São Paulo, v.12, n.34, p.157-161, 1997b.

em seus regulamentos e normas, os espaços sociais, as funções e também as relações que constituem a classe dos militares.

As tentativas de igual ou mesmo assemelhar o exército com as grandes potências mundiais prosseguiram com o tempo. É possível perceber, o esforço em uniformizar o grupo militar difundir um sistema coeso de treinamento militar aliado ao ensino. Esses propósitos seguiram na virada do século XX.

Analisando o processo de crescimento da organização do corpo de oficiais brasileiros em 1920, José Murilo de Carvalho¹⁹ constata que a organização dessa estrutura de corpos profissionais era muito rudimentar em comparação com a do exército americano. A organização militar quanto ao sistema de promoções falhava, as tentativas de transformação e especialização não seguiam os mesmos moldes dos exércitos modelos. Segundo o autor "o engarrafamento nos escalões inferiores devia-se em parte à legislação de reforma e promoção. Os limites de idade para permanência nos postos e nas fileiras eram muito altos em comparação com os de exércitos mais modernizados." Em consequência das revoltas que ocorrem na década de 1920 até eclodir em maior revolta em 1930, a burocracia e a escolha desses métodos poderiam gerar uma insatisfação em relação à estrutura criada pelo governo.

Estabelecendo uma periodização na história da Academia Militar, esse momento refere-se a quarta fase da história das escolas militares, análise desenvolvida por Jeovah Motta²⁰. Em sua obra o autor aborda a formação dos oficiais, é uma obra de referências nesse tipo de análise, e utilizada por muitos outros estudiosos quando o assunto é a formação dos oficiais. O autor traz uma visão panorâmica do ensino militar entre o período de 1810, data da criação do primeiro centro de formação a Real Academia Militar, até os anos de 1944, com o final da Escola do Realengo. A quarta fase do ensino militar brasileiro compreende-se entre os anos de 1874 a 1904. Assim denominada pelo autor por seu um período que "teve início com a entrega da Escola Central ao Ministério do Império e terminou com o fechamento da escola da Praia Vermelha. No seu decurso desintegrou-se o Império, a República nasceu e consolidou-se."²¹

O contexto social e político afetavam o ambiente militar. As reformas e subsequentes os decretos de lei expedidos que normatizavam os regulamentos militares, destacamos quatro reformas importantes: duas no regime Imperial (1874- 1889) e outras duas no período republicano (1890-1898). Em 1905 outro regulamento, o qual acontece pelo fechamento da escola da Praia

¹⁹ CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.p.36

²⁰ MOTTA, Jehovah. **Formação do oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar, 1810-1944**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.

²¹ MOTTA, Jehovah. **Formação do oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar, 1810-1944**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.p. 143

Vermelha(1904), em função da revolta da Vacina no Rio de Janeiro. Posteriormente veremos o currículo de 1920. Desse período até 1945 são identificadas cinco reformas no regulamento da Escola Militar.

O currículo no período de 1890 considera-se o momento em Benjamin Constant se vincula ao Ministério da Guerra. Ele era um militar de carreira, e dedicou-se ao magistério. Declarado positivista, "Dr. Benjamin" foi assim chamado por seus alunos. Logo após o acontecimento da instauração da República foi expedido o Decreto 330 de 12 de abril de 1890, o qual Jeovah Motta chama de Regulamento Benjamin Constant, segundo ele:

(...)o ensino militar acompanharia a evolução dos processo de guerra e ao mesmo tempo prepararia a compreensão do "papel civilizador" dos exércitos futuros, mormente os sul-americanos. Esse ensino formaria o cidadão -armado, agente dinamizador do progresso e defensor da República. Para isso, o currículo ensinaria "suculenta educação científica", começando na Matemática e terminando na Sociologia. O estilo em que são vazados esse consideranda é inusitado, jamais foi visto em textos quejandos.²²

Benjamin Constant teria cursado a escola Militar em 1858 e teria lence da Escola em 1872, na Praia Vermelha. Formou-se em ciências matemáticas e ciências físicas, dedicando-se ao magistério concomitantemente a carreira militar. Lecionou em escolas civis a matemática, e dentro das escolas de formação militar sua influência foi maior nas diversas disciplinas e no alastramento da teoria de Comte, "nos campos da Filosofia, da História e Sociologia." ²³ Foi um dos representantes brasileiros que fundam a Sociedade Positivista do Brasil, em 1876. Proferiu diversas palestras no campo militar e em outros países como a França.

Celso Castro dedica especial capítulo em sua obra "o Dr. Benjamin", fazendo alusão ao tratamento que seus alunos haviam dado. Castro considera que é nessa figura que os "jovens oficiais iriam de fixar na busca por um líder da conspiração republicana". ²⁴

A atuação de Benjamin Constant foi decisiva bem como o positivismo que ele representava, no contexto da "Questão Militar" em 1886, gerada pela a insatisfação do governo monárquico e a favor do abolicionismo, culminou um tempo depois na instauração da República. Segundo Motta: "o 15 de novembro é ao mesmo tempo epílogo e prólogo."²⁵ Ao mesmo tempo em que torna-se um renovação apelo feito pelos inconformismo da últimas décadas de regime monárquico, inicia-se

²² Ibid. p 173

²³ MOTTA, Jehovah. **Formação do oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar, 1810-1944**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998. p. 154

²⁴ CASTRO, Celso. **Os militares e a República**. Rio de Janeiro: Zahar, 1995. p.105.

²⁵ MOTTA, Jehovah. **Formação do oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar, 1810-1944**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998. p. 159.

uma fase de novos fatores e problemáticas da nascente República. Castro considera importante ressaltar a ideia do cientificismo:

A explícita filiação de Benjamin ao positivismo em seus aspectos "científicos" também deve ser destacada. Erra, além disso, um professor de matemática - o que não deve ser visto, como às vezes ocorre, como uma curiosidade. Vimos que a matemática tinha entre a mocidade militar um lugar de honra; esse fato é importante para entendermos a posição que Benjamin Constant assumiu.²⁶

Os jovens estudantes encontravam nas teorias um afã modernizador. Castro entende que o positivismo obteve um interesse maior por três razões principais: a primeira diz respeito à importância atribuída à matemática e às ciências, em segundo pela oposição ao espírito legalista encarnado idealmente pelos bacharéis em direito e terceiro a teoria positivista destaca que no estágio positivo a nova elite "científica" tinha lugar de desataque. Desta maneira, o ensino pautado nas disciplinas teóricas científicas faria um elo com o positivismo. Mesmo assim, essas disciplinas científicas foram a principal crítica ao ensino demasiadamente teórico das escolas Militares.

Mesmo compreendendo as influências de ideias que causaram grande impacto na segunda metade do século XIX como é o caso do spencerismo, do darwinismo e do positivismo, não pode ser um argumento suficiente entender que os positivismo receberia adeptos que imaginavam uma sociedade sem exércitos. Tendo logrado adeptos entre estudantes militares, a teoria positivista foi apropriada por este grupo não no sentido de protesto prevendo a extinção dos exércitos. Contra a essa opinião Castro conclui que:

Este raciocínio é equivocado, antes de mais nada pelo fato de que os jovens militares "científicos" davam uma importância pequena à carreira militar tradicional e não eram para ela orientados. Além disso, a doutrina positivista não era completamente hostil aos militares. Em alguns momentos, Comte exaltou a profissão militar e o espírito guerreiro, tendo como contrapartida o descrédito que lançava sobre o espírito legístico e a crítica que fazia à preponderância dos legistas na sociedade moderna.²⁷

Compreende-se que a lógica do positivismo pressuponha a evolução humana e progresso da sociedade. Embora, considera-se que "as ideias inspiram as pessoas a agir, elas se tornam agentes poderosos de mudanças. Elas são ferramentas, elas podem ser utilizadas para legitimar ações, esconder fatos e alterar informações. Podemos rejeitá-las, alterá-las conforme necessidade, para que se encaixem em suas circunstâncias."²⁸

²⁶ CASTRO, Celso. **Os militares e a República**. Rio de Janeiro: Zahar, 1995. p.122

²⁷ CASTRO, Celso. **Os militares e a República**. Rio de Janeiro: Zahar, 1995. p.67

²⁸ GOUCHER, Candice. **História mundial: jornadas do passado ao presente**. Porto Alegre: Penso, 2011.p.367

Referências

- BAUMER, Franklin L. **O Pensamento Europeu Moderno**. Séculos XVII e XVIII. Vol. I. Rio de Janeiro: Edições 70, 1977.
- CASTRO, Celso. **Os militares e a República**. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.
- CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- GOUCHER, Candice. **História mundial: jornadas do passado ao presente**. Porto Alegre: Penso, 2011.
- ELMIR, Cláudio Pereira. **A palavra como um bisturi**. In: PEDRO, Joana Maria & WOLFF, Cristina Scheibe (orgs.). *Gênero, feminismos e ditaduras no cone sul*. Florianópolis: Mulheres, 2010, p. 191-207
- HOLANDA, Sergio Buarque de (Org.) **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo II, Vol IV. São Paulo: Difel, 1974.
- LEIRNER, Piero de Camargo. **A pesquisa de campo com militares: algumas questões metodológicas**. Revista de Ciências Sociais, São Paulo, v.12, n.34, p.157-161, 1997b.
- MOTTA, Jehovah. **Formação do oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar, 1810-1944**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.
- ROUQUIÉ, Alain.(org.) **Os partidos militares no Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 1984.
- SANTIAGO, Silvio. **Presença da língua e da literatura francesa no Brasil**.(Para uma história dos afetos culturais franco-brasileiros). Letras, Santa Maria, v. 19, n. 2, p. 17, jul./dez. 2009.
- SCHULTZ, John. “Do Império à República”. In: Holanda (org.) **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo II, Vol V. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil/Difel, 1997.
- TREVISAN,Leonardo N. **O pensamento militar brasileiro**. E-booksBrasil. E-book Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/militar2.html>> Acesso em 29 de agosto de 2016.
- VISCARDI, Claudia. **História, região e poder: a busca de interfaces metodológicas**. Locus: revista de história. Juiz de Fora, v. 3,n.1.